

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

DIREITA E ESQUERDA NO LEGISLATIVO: É ESSA UMA DISTINÇÃO VÁLIDA?

Fernando Scheeffler, UDESC
fernando.scheeffler@udesc.br

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

TDIREITA E ESQUERDA NO LEGISLATIVO: É ESSA UMA DISTINÇÃO VÁLIDA?

Fernando Scheeffler¹

RESUMO: Não há como negar que a terminologia esquerda-direita ainda se faça presente tanto para o senso comum como para a Ciência Política. A partir dessa constatação, buscar atualizar o significado da díade se demonstra algo pertinente, sobretudo para compreender se a adesão a um ideário explica ou não o comportamento dos atores políticos nos dias atuais. Diante disso, o presente artigo faz uma revisão da literatura com o intuito de levantar informações a respeito do quanto as ideologias políticas e os conteúdos programáticos dos partidos são levados em conta e explicam como se comportam nossos representantes no legislativo. Parte da literatura sugere que as questões ideológicas pouco explicam o comportamento dos atores políticos hoje ao constatar a presença de outras variáveis mais importantes – sendo as principais fazer parte ou não da coalizão governista e a utilização dos partidos simplesmente para a satisfação de interesses particulares e eleitorais. Por outro lado, uma gama significativa de autores defende que os parlamentares ainda pautam suas ações nos conteúdos programáticos e nas ideologias de seus respectivos partidos, até por que ainda representam segmentos distintos e por os vários partidos serem tomados por políticos com perfis bastante distintos. As várias divergências em relação a esta temática deixam clara sua complexidade e sugerem ser este um campo promissor de estudo.

PALAVRAS-CHAVE: direita; esquerda; ideologia; comportamento parlamentar.

INTRODUÇÃO

Traço marcante da chamada cultura pós-moderna é a alegação de que os conceitos de esquerda e direita tornaram-se obsoletos com a crescente complexidade do sistema partidário, sobretudo com a crise do socialismo real. Não por acaso, o principal e discutível argumento é de que “destros” e “esquerdos”, no fim das contas, formulam programas semelhantes e propõem-se aos mesmos fins imediatos, não merecendo, por isso, serem vistos como campos diversos ou receber nomes distintos.

¹Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), fernando.scheeffler@udesc.br, mestre em Gestão de Políticas Públicas e doutorando em Sociologia Política (UFSC).

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

Apesar de renegada, a terminologia direita e esquerda continua fazendo parte do discurso político. Bem ou mal utilizados os termos esquerda e direita continuam se fazendo presentes para o eleitorado, nos meios de comunicação e, de forma mais rigorosa, na Ciência Política. O caminho mais perspicaz para esse estudo parece ser analisar o que essas forças, com conotações de várias ordens, representam nos dias atuais, se é que representam.

Para sair do plano teórico e tornar esta discussão mais prática, recentemente passa a ser foco de interesse a verificação em que grau que as supostas diferenças ideológicas entre os partidos acarretam diferentes comportamentos dos atores políticos. Parte da literatura sugere que as questões ideológicas pouco explicam o comportamento dos atores políticos hoje ao constatar a presença de outras variáveis mais importantes (MAINWARING, 1993; MIGUEL, 2009; ZUCCO JR., 2009; 2011; RODRIGUES, 2010; MADEIRA; TAROUCO, 2011; LUCAS; SAMUELS, 2011). Por outro lado, outra gama de autores defende que os parlamentares ainda pautam suas ações nos conteúdos programáticos e nas ideologias de seus respectivos partidos (KINZO, 1993; RODRIGUES, 2002; LEONI, 2002; ROMA, 2006; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2007; MELO, 2010; BELCHIOR, 2009; 2011).

As várias divergências em relação a essa temática deixam clara sua complexidade e sugerem ser este um campo promissor de estudo. Como afirmam Power e Zucco Jr. (2011), embora os estudos legislativos ocupem hoje uma área de destaque na Ciência Política brasileira, são muitos os espaços para aprofundamento dos estudos legislativos brasileiros, sobretudo da variável posição ideológica.

Por normalmente as coalizões governistas e de oposição serem formadas normalmente por blocos ideologicamente homogêneos, a dificuldade neste campo de estudo está em discernir se as diferenças e o grau de previsão das posturas assumidas devem-se às ideologias dos partidos ou ao fato de fazerem parte ou não de coalizões pró ou contra o governo, variável que mais coloca em cheque a validade da dicotomia esquerda-direita em tempos atuais. Nesse sentido, a questão-problema que se apresenta é a seguinte: os programas partidários e as diferenças ideológicas conseguem explicar o posicionamento dos parlamentares no legislativo?

Lucas e Samuels (2011) sugerem que a discussão a respeito da situação dos partidos brasileiros e do sistema partidário é muito parecida com um hipotético debate

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

sobre a forma de uma nuvem no céu em que cada um vê algo diferente e considera ridícula a visão do outro. O dilema está em conseguir superar esta problemática. O certo é que neste campo de estudo há muito mais perguntas do que respostas, tamanha a divergência de leituras encontradas. Diante disso, parece ser relevante analisar o peso que eventualmente ainda têm as ideologias no comportamento do legislador. Nesse sentido, o presente artigo pretende fazer uma revisão de literatura a fim de apresentar as diferentes concepções a respeito do tema, visto que não há consenso em relação a quanto os diferentes programas partidários e as diferentes ideologias políticas acabam sendo o principal elemento para explicar o posicionamento dos parlamentares no legislativo.

DIREITA E ESQUERDA: ORIGEM E SIGNIFICADO

Ao se adentrar no campo das ideologias políticas, os termos direita e esquerda acabam obrigatoriamente se fazendo presentes. Para que se possa entender o que representam estes conceitos hoje, se é que representam, o primeiro passo é entender o surgimento dessas terminologias. Elas advêm da Revolução Francesa (1789) quando iniciaram-se os trabalhos para a elaboração da primeira constituição francesa e quando os representantes políticos se posicionaram em lugares diferenciados nos assentos do plenário.

De forma bastante simplificada, é possível afirmar que à direita do plenário instalaram-se os representantes da alta burguesia chamados de girondinos. Era um grupo conservador, visto que não pretendiam grandes mudanças. Buscavam o *status quo*, a manutenção do que se tinha até o momento, inclusive seus privilégios. À esquerda se posicionaram os representantes da baixa burguesia, os trabalhadores em geral e aqueles das camadas mais oprimidas. Esse grupo se reunia em um partido denominado de jacobinos. Defendiam uma nova ordem social e política.

Então, como se pode ver, os termos direita e esquerda tinham a princípio uma conotação espacial; posteriormente foram adquirindo um perfil político e ideológico. De forma geral, é possível afirmar que existem três grandes formas de visualizar esta questão nos dias atuais. Uma minoria de autores acredita que os termos têm o mesmo sentido que tinham na Revolução Francesa. Por outro lado, há os defensores de que não

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

faz mais sentido a utilização dessa nomenclatura. Já um terceiro grupo, a grande maioria, sugere a atualização do significado das terminologias ao acreditar que atualmente os termos direita e esquerda representam algo diferente do que representavam na sua origem.

Representando o primeiro grupo, Sader (1995) afirma que a esquerda representa o conjunto de forças que luta, essencialmente, por transformações que resultem na instauração de uma nova ordem, ou transformações que resultem em uma reformulação substancial da ordem vigente. Mesmo que o teor e o grau das mudanças possam variar, de acordo com uma esquerda mais ou menos “radical”, o que está presente em qualquer esquerda é o caráter contestatório assumido. A direita, por outro lado, se refere às forças favoráveis à manutenção da ordem social e política. A direita se preocupa, basicamente, em conservar e não alterar o sistema que está dado.

Em contraposição a Sader (1995), atualmente também está em voga a tese do “fim” ou do “declínio” das ideologias políticas. Essa tese ganhou forma por volta da metade dos anos 50, apoiada na proposição de que nos últimos vinte anos houve uma relativa atenuação do extremismo com que se tinham manifestados os fins e os objetivos ideológicos e também que tinha havido um desaceleramento da intensidade emotiva com a qual aqueles fins e aqueles objetivos eram perseguidos (BOBBIO et al., 1998).²

O fim da URSS tirou o grande referencial “real” do movimento comunista. Sem ele, considerável parte da Esquerda sentiu-se perdida teórica e praticamente. Surge a partir deste momento a crença de que chegamos ao fim da história, evidenciada na célebre obra de Francis Fukuyama “O fim da história e o último homem”. Verificada a derrota nesse final de século de todas as alternativas políticas à democracia liberal³, segundo ele presenciamos o estágio mais avançado na progressão das sociedades humanas.⁴ O esforço principal de Fukuyama é o de revigorar a tese de que o capitalismo e a democracia burguesa constituem o coroamento da história da humanidade, ou seja,

²Entre 1955 e 1960 foram redigidas as formulações mais conhecidas e mais influentes da tese do “declínio das ideologias”: as de Aron, Shils, Bell e Lipset.

³ Fukuyama chama de democracia liberal ou democracia burguesa a possibilidade de participarmos do jogo político através da eleição dos nossos representantes. Estes dois termos são sinônimos de democracia representativa.

⁴Fukuyama não contrapõe a chamada democracia liberal somente ao socialismo, mas também aos regimes autoritários (totalitarismos) de direita como o nazismo, fascismo e as várias ditaduras militares que entraram em colapso.

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

de que a humanidade teria atingido no final do século XX, o ponto culminante de sua evolução com o triunfo da democracia liberal. Com algumas variantes, o Liberalismo fundado no terreno político na democracia burguesa e no terreno econômico no direito de livre atividade econômica, é o que se sobressai sobre todos os demais sistemas e ideologias concorrentes. As propostas que se contrapõem estariam na defensiva e representariam o conservadorismo e o atraso (FUKUYAMA, 1992).⁵

Para vários autores a ascensão capitalista e a derrocada da antiga URSS e dos regimes socialistas não são suficientes para se afirmar que os termos Esquerda e Direita estejam ultrapassados e não tenham mais significação. Isso por que para uma gama significativa de autores a dicotomia esquerda-direita vai além da bipolaridade capitalismo-socialismo que orientou toda a ordem política mundial durante anos. Desta forma não se poderia dizer que o fim dessa bipolaridade represente o fim da dicotomia esquerda-direita, pois os princípios típicos de esquerda como a igualdade e a justiça social, não acabam com o fim da bipolaridade. O fim dos regimes socialistas pode representar a derrocada de uma via que possibilitava a realização desses ideais, mas não que essa seja a única via. Sendo o capitalismo predominante praticamente no mundo inteiro, somos obrigados a pensar a dicotomia esquerda-direita de uma forma diferente sem, entretanto, chegarmos ao ponto de dizer, como muitos, que não há mais sentido nem necessidade de tocarmos nestes termos (FREITAS, 2004).

Smith, citado por Mair (2007), ressalta a “plasticidade” da dimensão esquerda-direita, a capacidade desses termos acomodarem novas questões e novos padrões de competição. O defensor mais conhecido da crença de que é necessário atualizar o significado desta terminologia é Norberto Bobbio (1995). Para o autor, a distinção entre direita e esquerda continua a ser usada, o que sugere que o problema se desloca: agora, não se trata mais de comprovar sua legitimidade, mas de examinar os critérios propostos para sua legitimação. Neste sentido, para ele, há distinção significativa entre as pessoas neste espectro. Ele utiliza-se dos conceitos de igualdade (que para a esquerda deve ser priorizada), em detrimento da liberdade (que para a direita deve ser conservada,

⁵Para exemplificar sua tese Fukuyama (1992) afirma que embora o socialismo persista no mundo, deixou de refletir uma idéia dinâmica e atraente. Os comunistas encontram-se na posição nada invejável de defender uma ordem social ultrapassada e reacionária, como os monarquistas que conseguiram sobreviver até o século XX.

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

mantendo-se as desigualdades entre os homens, tidas como naturais). Igualdade e liberdade caracterizam toda a trama de relações práticas e ideais de que é tecido o projeto democrático. O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades são sociais e enquanto tais elimináveis; o inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, por isso, inelimináveis. “A antítese não poderia ser mais radical: em nome da igualdade natural, o igualitário condena a desigualdade social; em nome da desigualdade natural, o inigualitário condena a igualdade social” (BOBBIO, 1995, p. 122).

Em relação a esta temática, Giddens (1996) acredita que esta díade permanece válida, mas apenas em um plano bastante geral. No todo, a direita aceita melhor a existência de desigualdades do que a esquerda e está mais propensa a apoiar os poderosos do que os desprovidos de poder. Esse contraste é real e continua sendo importante. Segundo o autor, os neoliberais aceitam a importância da desigualdade e, até certo ponto, a vêem como um princípio motivador da eficiência econômica. Os que criticam os neoliberais geralmente o fazem por considerarem os modelos de livre mercado produtores de uma sociedade excessivamente dividida; eles querem menos desigualdade e não mais.⁶

Parece não se ter dúvida de que o fim da União Soviética e a queda do "Muro de Berlim" retiraram as bases materiais mais fortes que sustentavam o movimento comunista mundial. A clássica esquerda entrou em forte crise teórica da qual está tendo dificuldade de se recuperar. Uma das alternativas teórico-práticas encontradas (conscientemente ou por intermédio de "erro e acerto") pela nova esquerda foi a do tipo "terceira via", onde se abandonam os rótulos ideológicos tradicionais. Para Giddens (2000), a Direita e a Esquerda ainda representam forças distintas e divergentes quanto

⁶Aspecto bastante importante levantado por Giddens (1996) é a troca de posições atualmente entre Direita e Esquerda. O radicalismo na sua essência significava não só a realização de mudanças, mas o controle dessa mudança de forma a conduzir a história para a frente. E é este projeto, segundo ele, que agora parece ter entrado em declínio. Ser conservador, por outro lado, significa sobretudo querer preservar. Nas atuais circunstâncias parece que a esquerda vem tentando preservar o *welfare state* em vez de tentar abalá-lo. Segundo ele a esquerda se tornou conservadora enquanto a Direita, inspirada no neoliberalismo, possui uma proposta clara para o futuro do capitalismo.

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

ao futuro do *welfare state*. A maioria dos social-democratas defendem um Estado com dispêndio elevado, ao passo que os neoliberais defendem um Estado mínimo.

Mesmo que essa seja uma possibilidade de atualizar a dicotomia e que teoricamente seja consistente, o fato é que na prática essa discussão se torna ainda mais complexa. Mesmo que os atores políticos e os próprios partidos tenham conhecimento dessas diferenças, será que na prática a direita e a esquerda se comportam de forma diferente? Será que a ideologia política é a principal variável que explica o comportamento dos representantes do povo, sobretudo no legislativo?

IDEOLOGIA E COMPORTAMENTO PARLAMENTAR: UMA QUESTÃO POLÊMICA

Mesmo que nos dias atuais haja dificuldade em vários momentos de utilizar os rótulos “direita” e “esquerda”, de forma controversa ou não, constantemente os partidos políticos brasileiros são colocados em um *continuum* esquerda-direita. Mesmo podendo ser muitas vezes compreendida como uma simplificação grosseira, o fato é que muitas são as classificações existentes pretendendo ser o mais objetivas possíveis. A mais comum refere-se à reputação das organizações partidárias no campo político alicerçada, sobretudo na história de cada legenda. Dessa forma, a direita no Brasil tem ou teve, como principais lideranças, políticos vinculados à ditadura militar e, a esquerda, ao enfrentamento deste regime.

Segundo Tarouco (2008), existem diferentes métodos para localizar os partidos no eixo esquerda-direita: imagem que a opinião pública constrói a seu respeito, avaliação realizada por especialistas, declarações dos próprios partidos, como também a atuação parlamentar. Segundo a autora, a atuação parlamentar pode indicar a posição de um partido: as posturas assumidas, a forma como vota ou o conteúdo das propostas legislativas que apresenta. A partir dessa premissa, os partidos brasileiros têm sido classificados nessa dimensão sem muitas controvérsias. A disposição de PT e PDT na esquerda, PMDB e PSDB no centro e PP, PTB, DEM, dentre outros, na direita, pode ser verificada em várias classificações adotadas por inúmeros autores. No geral, os autores pouco divergem em relação a alocação dos partidos nessas categorias.

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

Zucco Jr. (2011) buscou atualizar o posicionamento ideológico dos principais partidos brasileiros pós-Constituinte. Incorporando os resultados da PLB 2009⁷ afirma que o PSOL é o partido mais à esquerda do espectro ideológico brasileiro. Pela primeira vez em vinte anos o DEM/PFL aparece à direita do PP (e seus antecessores), muito provavelmente pela diluição ideológica do PP em função da aliança com o governo Lula. O PPS continua a caminhada para a direita, estando claramente à direita do PSB e do PDT. Por fim, o PSDB continua em uma posição estatisticamente indistinguível à do PMDB.

Miguel (2009) defende que o máximo que se pode almejar é enfileirar os partidos em um *continuum*, mas não determinar precisamente as distâncias que os separam entre si. Entre legendas claramente diferenciadas é possível propor um ordenamento do tipo PCO → PSTU → PSOL → PT → PSDB → PTB → DEM. Mas onde incluir PV, PMDB ou o PR? Como entender que o PPS, originado do velho PCB, não raramente vem estando alinhado com o PSDB? Para o autor, o que caracteriza boa parte dos partidos políticos brasileiros é a absoluta ausência de visão de mundo estruturada, projeto de sociedade futura, ou seja, a ausência de ideologia. Para ele, essa “troca de cadeiras” talvez possa ser explicada pela presença de múltiplas clivagens em tempos atuais. Surgem recentemente outros temas no debate como a problemática ambiental ou então o direito das mulheres, e essas questões extrapolam a tradicional agenda política. Nesse sentido, embora esses rótulos de certa forma ainda balizem a ação dos agentes políticos, acabam se demonstrando bastante imprecisos nos dias atuais. De forma complementar, Madeira e Tarouco (2011) ressaltam que há um componente estratégico presente no processo decisório que não pode ser desconsiderado, até porque uma parcela significativa das votações em plenário não envolve debate de cunho programático/ideológico.

“[...] talvez tão importante quanto a posição ideológica do partido, seja a posição do partido (no governo ou na oposição), até mesmo em função do fato de que parcela significativa das votações em plenário não envolve debate de cunho programático/ideológico” (MADEIRA, apud MADEIRA; TAROUCO, 2011, p. 182).

⁷A Pesquisa Legislativa Brasileira –PLB, 2009 é a última de seis edições, projeto de *survey* iniciado em 1990 e somando 997 respostas fornecidas por 797 deputados e senadores. Trata-se do mais completo banco de dados sobre o pensamento dos parlamentares brasileiros.

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

Para Mainwaring (1993), um dos ferrenhos críticos do sistema político brasileiro, os partidos pouco se distinguem. Segundo o autor, a baixa disciplina dos partidos políticos seria uma das características mais negativas do sistema político brasileiro, servindo apenas para agrupar políticos com vocação individualista e quando eleitos interessados em benefícios clientelistas. Por esta lógica, devido à grande fragmentação partidária no poder legislativo, o Brasil acabaria demonstrando que tem poucos partidos ideológicos e parlamentares muito mais preocupados com seu eleitorado pessoal e seus interesses particulares.

Zucco Jr. (2009) se utilizando de uma base de dados ampliada que incluiu inclusive o primeiro Governo Lula, demonstrou que a chave para a estruturação do plenário é dada pela relação entre os partidos e o governo. A distância que separa PT e o PSDB/DEM se dá pela relação entre governo e oposição, muito mais do que uma clara diferença ideológica. O modelo espacial pode ser atualizado, mas a principal dimensão que estrutura o conflito político é dado pela relação com o governo, fazer parte dele ou ser oposição.

Zucco Jr. (2011) reafirma essa premissa recentemente ao buscar verificar a coerência da escala ideológica normalmente utilizada na literatura. Se utilizando da PLB 2009 que incluía a pergunta: “qual o tipo de sistema econômico que seria mais adequando ao Brasil”, o autor percebeu que atualmente as convicções ideológicas a respeito do “melhor” sistema econômico são bastante tênues, o que evidencia que a ideologia nos últimos anos tem se tornado um determinante bastante fraco do comportamento legislativo na Câmara de Deputados.⁸ Desta forma, a clivagem estratégica e não ideológica entre governo e oposição parece estar ocupando um papel predominante nas disputas políticas na Câmara dos Deputados.

Segundo os autores em questão, o fato de fazer ou não parte do governo é o fator que melhor explica como votam os parlamentares. Um bloco, normalmente hegemônico, tenderia a apoiar as propostas encaminhadas pelo executivo, e outro

⁸Dentre os dados mais relevantes coletados está o fato de que a Esquerda vem transitando de uma preferência por modelos predominantemente estatais para a aceitação de uma relação de equilíbrio entre o setor público e o privado. O que era considerado de esquerda em 1987 praticamente desapareceu.

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

buscaria obstruir e/ou possivelmente votar contra, independentemente do teor programático-ideológico envolvido.⁹

Segundo Lucas e Samuels (2011), há uma coerência ideológica relativamente baixa no sistema partidário brasileiro. Analisando o posicionamento dos quatro maiores partidos da legislatura brasileira no espectro político por meio de perguntas “substantivas”, afirmam que o sistema partidário brasileiro pode ser melhor descrito como “o PT contra o resto”, isto sem contar que a distância entre o PT e o resto vem diminuindo, dado o deslocamento do PT e do PFL em direção ao centro.¹⁰

Para Mair (2007), não são raros os momentos em que os partidos de direita assumem posturas de esquerda e vice-versa. Caso essa “confusão” tenda a continuar, a utilidade da dimensão esquerda-direita passa ser questionada. No entanto, contrariando as evidências da fragilidade partidária pregada por diversos autores, uma outra vertente acredita ainda fazer sentido falar em esquerda-direita, inclusive na atuação parlamentar, o que pode ser também verificado em estudos recentes.

Diferentemente dos autores anteriores, para Figueiredo e Limongi (2007), no legislativo os partidos políticos são atores decisivos e sobrepujam os interesses individuais. Por isso, o plenário acaba sendo altamente previsível. Sabendo as posições dos líderes partidários são conhecidas de antemão o resultado da grande maioria das votações nominais. Leoni (2002), por exemplo, afirma que utilizando a dimensão esquerda-direita seria possível prever com 85% as votações em plenário. A pesquisa realizada pelo autor buscou estimar as posições ideológicas dos deputados através das suas preferências expressas nas votações nominais. A localização dos partidos nos mapas espaciais não se apresenta em conflito com a forma que se comportam na câmara, ou seja, as posições dos partidos se demonstram normalmente bastante claras e

⁹Com foco no executivo, Rodrigues (2010) fez uma análise quantitativa dos investimentos realizados nos maiores municípios catarinenses durante a gestão 2005-2008. Diferente do que previa, há uma tendência relativamente homogênea de variação de gastos entre grupos ideológicos distintos, não havendo grande distinção de prioridades. Dessa forma, o componente ideológico não diferenciaria as administrações municipais de forma significativa.

¹⁰Sendo importante a coerência ideológica em um sistema partidário consolidado, os autores questionam a noção de que o sistema partidário brasileiro vem se consolidando gradualmente.

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

não se alteram de uma legislatura para outra. Há, dessa forma, uma estrutura bastante estável.¹¹

Roma (2006), analisando pesquisas de opinião aplicadas aos parlamentares, defende que, embora grande parte da literatura destaque que a disciplina partidária pode ser explicada pela distribuição de recursos orçamentários pelo executivo, ou seja, que haveria uma preocupação muito grande dos parlamentares com seu reduto eleitoral e com sua sobrevivência na esfera eleitoral, os deputados partilham o ideário do seu partido de filiação e, por esse motivo, os parlamentares se demonstram coesos. A discordância entre as legendas permite posicioná-los ideologicamente tal qual exposto por grande parte da literatura. Os resultados de sua pesquisa indicam que o nível de consenso intrapartidário e de dissenso interpartidário é maior que se supõe. Segundo o autor, o parlamentar em geral escolhe seu partido levando em conta a afinidade de crenças, assim como o eleitorado escolhe os que têm afinidade programática com o seu partido. Vale a ressalva de que, para o autor, nos últimos anos, a distância entre os partidos de esquerda e direita vem diminuindo e que o PT, por exemplo, vem caminhando paulatinamente para o centro.

Em consonância, para Kinzo (1993), os partidos brasileiros podem ser considerados como programáticos. Nas assembleias estaduais e mesmo na assembleia nacional constituinte, as principais legendas se diferenciaram no espectro ideológico, o que pode ser verificado na análise de questionários ou mesmo nas votações. Na Câmara dos Deputados, os mapas espaciais apresentam uma grande capacidade explicativa, situando os deputados e os partidos em uma escala esquerda-direita.

Segundo Rodrigues (2002), os partidos brasileiros se diferenciam não somente quanto à ideologia e à orientação política, mas também quanto aos segmentos sociais representados. Em sua pesquisa, pôde perceber que as bancadas dos partidos políticos brasileiros diferenciam-se muito em relação à sua composição socioocupacional. Desta forma, fazem-se presentes fatores externos à arena parlamentar. Sem descartar a dinâmica interna das disputas parlamentares, os conflitos e as opções partidárias na

¹¹Leoni em sua dissertação de mestrado analisou o comportamento parlamentar na câmara dos deputados no período de 1991 a 1998. Segundo o autor, falar em centro, direita e esquerda parece fazer sentido no caso brasileiro.

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

Câmara dos Deputados não podem ser adequadamente compreendidos sem se dar conta dos interesses advindos da composição social de cada partido.

Para Melo (2010), principalmente PT e PSDB destacaram-se em relação a outros partidos brasileiros por apresentarem um projeto de política nacional. Outro partido que também se destaca é o DEM, defensor de um projeto de matriz neoliberal. O PMDB, como outros partidos, acaba se caracterizando por um agregado de interesses regionais.¹² Dessa forma, presencia-se a emergência de um novo padrão de competição, bipolarizado e estável o quanto possível diante do contexto atual e da democracia contemporânea. A existência de dois pólos sugerem que esses dois blocos acabam se comportando de forma distinta, fazendo sentido ainda dizer que existem diferenças significantes.

Autores que bem sintetizam o rol de autores que acreditam que ainda faça sentido falar em esquerda e direita, sobretudo na arena política, são Cintra e Lacombe (2004, p. 163). Segundo eles:

[...] ainda insuficientemente tratada tem sido a presença nas votações e na disciplina partidária da variável ideologia. [...] a orientação do líder simplesmente explicitaria a posição ideológica que o deputado comparte com seus co-partidários. Se não houvesse partidos, votaria ele do mesmo jeito, pois é difícil imaginar um parlamentar que vote numa proposição cujas implicações atente contra os interesses da classe com a qual se identifica, racionalizados em sua ideologia.

Em suma, contradizendo autores que alegam que a clivagem ideológica pouco explica o comportamento parlamentar nos dias atuais, há os que defendam o postulado de que os principais partidos brasileiros podem ser colocados em uma escala clássica esquerda-direita e essa ordenação vem se mantendo ao longo do tempo independentemente das mudanças socioeconômicas ocorridas nos últimos tempos.¹³

¹²São chamados de partidos *catch all* ou “pega tudo”, aqueles com programas flexíveis e normalmente abrangentes que os colocam no centro do eixo ideológico e que se colocam mais à esquerda e mais à direita conforme conveniência.

¹³Embora o foco principal seja na correlação entre eleitores e partidos, Belchior (2011) em seu estudo que incluiu os 27 Estados membros da União Europeia e um total de 189 partidos políticos, semelhantemente averiguou que a variável esquerda-direita ainda é uma dimensão relevante no debate político. Procurando buscar modelos diferentes de causalidade: nível micro ou individual (características dos eleitores e deputados), nível meso (características do partido) e nível macro (sistema partidário e características institucionais), destaca a importância das

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

Mesmo partindo do princípio de que há uma reformulação do referencial político-ideológico atual, a questão é saber o quanto ainda faz sentido a defesa das distinções. Para Fuchs e Lingemann, citados por Mair (2007), a dimensão esquerda-direita historicamente possibilitou a orientação e a comunicação em complexos ambientes políticos. Entretanto, se esse dispositivo tornar-se por demais complexo e opaco, talvez já não possa mais servir aos fins para o qual foi concebido inicialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bem ou mal utilizados os termos esquerda e direita continuam se fazendo presentes para o eleitorado, meios de comunicação e de forma mais rigorosa na Ciência Política. Com conotações de várias ordens, o caminho mais perspicaz parece ser analisar o que representam essas forças nos dias atuais, ou seja, atualizar essa terminologia. Se é óbvio que esses termos não significam mais o mesmo que na revolução francesa, será essa distinção não mais válida? Terá validade a inserção dos partidos políticos em um *continuum* esquerda e direita e será que este condiz tanto com o imaginário coletivo como pelas diferentes posturas adotadas no executivo como no legislativo?

Por normalmente as coalizões governistas e de oposição serem formadas normalmente por blocos ideologicamente homogêneos, a frequente grande dificuldade está em discernir se as diferenças e o grau de previsão das posturas assumidas devem-se às ideologias políticas dos partidos ou ao fato de fazerem parte ou não de coalizões pró ou contra o governo, a variável que mais coloca em cheque a validade da dicotomia esquerda-direita em tempos atuais.

Se são válidas as afirmações de que os comportamentos parlamentares são previsíveis e de que os partidos ainda se pautam nos seus conteúdos programáticos e ideologias, também são pertinentes as colocações de que fazer ou não parte de uma coalizão governista é algo a ser levado em consideração, assim como o fato dos partidos

características dos partidos políticos e suas estratégias eleitorais. Segundo o autor, há uma sintonia ideológica entre os partidos políticos europeus e seus eleitores, bem como a dimensão esquerda-direita ainda consegue captar as posições ideológicas de eleitores e parlamentares razoavelmente bem. Algo semelhante verificou ao analisar os maiores partidos políticos portugueses (BELCHIOR, 2009).

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

poderem ser utilizados como trampolins para se chegar ao poder e dar conta de interesses particulares. Nesse caso os atores políticos se demonstram muito mais interessados em se utilizar de estratégias eleitorais do que priorizar o bem comum.

Várias são as leituras possíveis. De forma geral o que se constata é que os divergentes posicionamentos se pautam muito mais em especulação do que em evidências. Essa constatação deixa claro que este é um campo fértil de investigação na Ciência Política. Diante disso, parece ser relevante analisar empiricamente o peso que eventualmente ainda têm as ideologias no comportamento do legislador. Esse dado talvez possa contribuir para nos dar um certo grau de previsibilidade e tornar o tema menos abstrato e mais objetivo.

REFERÊNCIAS

BELCHIOR, A. M. Assecing MP's and Voters' Perceptions on Ideological Positions. In: IX Congresso da Associação de Ciência Política Espanhola. **Atas eletrônicas do congresso**. Disponível em: <http://www.aecpa.es/congresos/congreso_09/>. Acesso em: 04 jul. 2012.

_____. **Explaining left-right congruence across European party systems**, First European Conference on Comparative Electoral Research, Sofia, Bulgária (01/12/2011-03/12/2011).

BOBBIO, N. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

BOBBIO, N. et al. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Ed. UNB, 1998.

CINTRA, A. O.; LACOMBE, M. B. A câmara dos deputados na Nova República: a visão da ciência política. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (orgs.). **Sistema político brasileiro**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. In: MELO, C. R.; SAEZ, M. A. **A democracia brasileira: balanço e perspectiva para o século XXI**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

FREITAS, M. A. A esquerda brasileira em tempos neoliberais. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 17, 2004.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

_____. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2000.

KINZO, M. D. G. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

LEONI, E. Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: a câmara dos deputados (1991-1998). **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 361-386, 2002.

LUCAS, K.; SAMUELS, D. A “coerência” ideológica do sistema partidário brasileiro, 1990-2009. In: POWER, T. J.; ZUCCO JR. (orgs). **O congresso por ele mesmo**: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MADEIRA, R. M.; TAROUCO, G. da S. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, jan./jun. 2011.

MAINWARING, S. P. **Democracia presidencialista**: o caso do Brasil. São Paulo: Revista, 1993.

MAIR, P. Left-right orientations. In: DALTON, R.; KLINGEMANN, H. D. **The Oxford Handbook of Political Behavior**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

MELO, C. R. F. de. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, p. 13-41, 2010. Disponível em: <<http://rbcp.unb.br/artigos/rbcp-n4-50.pdf>> Acesso em: out. 2010.

MIGUEL, L. F. **Esquerda e direita**: classificando os partidos brasileiros. Contribuições para a discussão no workshop “Coligações partidárias na nova democracia brasileira (1986-2008)”, Fundação Konrad-Adenauer, Rio de Janeiro (30/01/2009).

RODRIGUES, G. **Partidos políticos e gastos públicos em Santa Catarina**: a influência das ideologias partidárias nas decisões de investimentos. Florianópolis, 2010. 265p. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social**: um estudo das bancadas partidárias na câmara dos deputados. São Paulo: EDUSP, 2002.

ROMA, C. **Agenda, ideologia e coesão partidária na Câmara dos Deputados**. In: XXX Encontro anual da ANPOCS, 2006, Caxambu - MG. XXX Encontro anual da ANPOCS.

SADER, E. **O anjo torto**: Esquerda e Direita no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1995.

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

TAROUCO, G. da S. Esquerda e Direita no Sistema Partidário Brasileiro. In: Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS, 2008, Porto Alegre - RS. **Artigos dos Grupos de Trabalho**. Porto Alegre, 2008.

ZUCCO JR., C. Ideology or what? Legislative behavior in multiparty presidential settings. **The Journal of Politics**, v. 71, p. 1.076-1.092, 2009.

_____. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, T. J.; ZUCCO JR. (orgs). **O congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.